



MUITO URGENTE

GP/106/2000

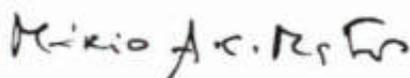
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Praia, 11 de Julho de 2000

1. Como é do seu conhecimento, o Grupo Parlamentar do PAICV solicitou o agendamento de um debate de urgência sobre as relações entre o poder central e o poder local nas reuniões plenárias de 3 e 4 do corrente, debate esse que foi liminarmente recusado pela bancada da maioria que não viu nem urgência nem relevância nos fundamentos apresentados pelo PAICV para o efeito.
2. Ora, persistem as razões de fundo que levaram o Grupo Parlamentar a suscitar esse debate que, aliás, têm sido objecto de denúncia pública das próprias autoridades municipais. A redução substancial da transferência de recursos da administração central para os municípios para a realização de obras públicas de grande impacto no desenvolvimento local e na criação do emprego público, o financiamento, em condições de duvidosa transparência, de associações e organizações não governamentais para a execução de acções e obras em áreas concorrenciais com as das Câmaras Municipais e o tratamento desigual dos municípios por parte do Governo são, entre outras, algumas das situações críticas que devem merecer o esclarecimento imediato do Governo e a reposição da normalidade.
3. Por isso, e perante a atitude da maioria e do Governo, **o GP do PAICV submeteu ao Presidente da Assembleia Nacional o pedido de agendamento de uma interpelação sobre o mesmo objecto - relações Governo/municípios - com o objectivo de obter do Executivo os esclarecimentos que a gravidade da situação impõe e levar a que se adoptem medidas concretas para se normalizar essas relações a bem do fortalecimento do poder local e do desenvolvimento local.**
4. Assim, e na linha dos nossos contactos anteriores, solicitamos a contribuição de V. Ex. e da equipa que dirige tanto em informações concretas como em reflexões e posições sobre o objecto da interpelação, por forma a melhor sedimentar as posições do Grupo Parlamentar, na certeza de que com o V. valioso e abalizado contributo estaremos mais aptos a atingir os objectivos pretendidos que, certamente, trarão benefícios acrescidos às autarquias locais.

5. Como forma de referenciar melhor a V. participação, mais solicitamos que as informações e posições recaíssem sobre os seguintes tópicos:
- a) dados exactos sobre os atrasos na transferência do FEF
 - b) levantamento de obras da competência do Governo no âmbito de contratos-programas e que se encontrem atrasados ou paralisados. Ponto da situação
 - c) Número de postos de trabalho gerados ou previstos mas não criados
 - d) Montante dos contratos-programas
 - e) Data dos últimos contratos-programas assinados entre a CM e o Governo. Seu estado de implementação
 - f) Atrasos nos pagamentos
 - g) Dados concretos (ou indícios) sobre o financiamento de associações e ong's para a realização de acções e/ou obras em condições de duvidosa transparência, que indiciem clientelismo político-partidário e em concorrência e subalternização das CM
 - h) Informações e posicionamento sobre a transferência para o município da cobrança dos impostos municipais
 - i) Inspeções por parte das Finanças Públicas: solicitadas pela própria CM ou pelo Governo
 - j) Comportamento e tratamento discriminatórios da CM, quer em matéria de transferência de recursos quer em matéria de relacionamento institucional
 - k) Demais informações consideradas úteis aos fins propostos.
6. Atendendo a que as Jornadas Parlamentares para a formação da vontade do GP terão início no dia 18 do corrente, agradecemos que as informações e contribuições nos fossem remetidas até o dia 17 do corrente através do Fax Nr: 62 31 35 ou do e:mail fvicira@mail.cvtclccom.cv.

Certos da V. habitual atenção e na expectativa da vossa resposta, aproveitamos o ensejo para vos endereçar os nossos melhores cumprimentos.



Mário Couto de Matos
Presidente do GP do PAICV